

## “And here’s to you, Mr. Robinson”: Para uma História do Sector Corticeiro Anglo-Português

Miguel Alarcão  
FCSH-UNL/CETAPS

Ao Professor Doutor Carlos Ceia (FCSH-UNL)

Em artigo publicado neste mesmo exemplar,<sup>1</sup> tivemos oportunidade de aflorar a temática do envolvimento e dos investimentos ingleses na exploração e exportação da cortiça, já muito significativos no Portugal de finais do século XIX. Entre outros depoimentos e avaliações avançados por historiadores e sociólogos<sup>2</sup> destacamos o seguinte passo:

As empresas exportadoras – na sua maioria de origem inglesa, com estabelecimentos fabris no nosso país – dominavam o mercado corticeiro, impunham preços, açambarcavam as compras da matéria-prima, laboravam principalmente a fase de preparação da prancha (cortiça destinada à exportação em bruto) e exportavam-na para as fábricas de transformação dos seus países. Destas empresas estrangeiras, pontificou a sociedade

---

1. *Supra*: 141-155.

2. Em obra coordenada por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, pode ler-se: “(...) era ela [a Grã-Bretanha] também que absorvia a parte mais importante da cortiça, quer em bruto, quer transformada em rolhas”; (174) “Em 1890, a Grã-Bretanha absorvia (...) 38% do total da cortiça exportada de Portugal e 60% das exportações de cortiça manufacturada (...). (*Ibidem*, n.62) E A seguir aos vinhos era a cortiça o principal produto de exportação: cerca de 80% (...) saía do País em bruto ou em prancha, para ir alimentar as indústrias dos países desenvolvidos da Europa do Norte (...), que oneravam com pesados direitos a entrada da cortiça portuguesa manufacturada.” (*Ibidem* 176-177) A preponderância britânica no sector da exploração e comercialização da cortiça é igualmente apontada por Flores 60ss.

inglesa Bucknall, com unidades fabris instaladas em vários concelhos, uma das quais a laborar na Margueira (Almada), que, na década de 1870, chegou a dirigir os preços da cortiça e a controlar o mercado da prancha. (Flores: 179-180)

Cabe aqui recordar, a este propósito, que a criação de uma Câmara de Comércio e Indústria para o sector, acompanhada por um projecto de redacção dos respectivos estatutos, fora já defendida num lúcido texto publicado em 1904<sup>3</sup> e do qual mantemos, por inteligível, a ortografia da época:

(...) n'um paiz pequeno como Portugal e que teem 300:000 hectares do seu território occupado por florestas de sobreiros, deve attender-se, com urgente e decidido cuidado, ao fomento d'uma das suas mais importantes producções. Na realidade a única fórma de defender esta riqueza da expoliação estrangeira, é o desenvolvimento da industria nacional; pois á medida que rareiam os licitantes internos, os agentes externos facilmente se entendem para pactuarem o preço da materia prima, prejudicando em primeiro logar o productor; lesando o Estado pela diminuição consideravel das entradas do ouro; e vexando a soberania do povo, por arrebatarem o trabalho de muitos milhares de portuguezes (...). (Noronha: 6)

(...) paizes ha tão felizes que apesar de não possuírem materia prima, fabricam não sómente para o próprio consumo, mas o que é mais vexatorio, para sortirem o mundo inteiro de um artigo de primeira necessidade, que póde e deve ser uma fonte importantissima da nossa riqueza. (*Ibidem*: 12)

Ora, não deixando de mencionar, no artigo supracitado, outras famílias britânicas como os Reynolds, os Rankin e os Robinson,<sup>4</sup> centrámo-nos precisamente nos Bucknall, visto tomarmos como fonte primária a obra de Joyce Bucknall Baylis, *Memories of Portugal, 1907-*

---

3. Segundo António Ventura, "(...) para além da (...) tentativa gorada de 1893, a imprensa refere diligências, em 1904, para a fundação de uma associação corticeira, que chegou a ter estatutos aprovados e sede própria; mas a partir do ano seguinte cessam quaisquer alusões a tal respeito. Em Dezembro de 1910, (...) fundou-se a Associação de Classe dos Corticeiros, (...) que (...) se filiou na federação nacional respectiva." (18)

4. "(...) the three Rs (...)", como lhes chamou Peter Mollet. (Baylis:2)

1930. Como seria de esperar, dado o intervalo cronológico em causa, a autora profere vários comentários e juízos sobre a 1ª República (1910-1926), alguns dos quais retranscrevemos por comodidade:

After the assassination of the King and Crown Prince in 1908, and the flight of King Manuel to England two years later, a Republic was established which lasted until 1926. During those sixteen years, (...) Portugal touched the lowest point in its history. Government was anarchical, the law a farce, bribery universal in every department of life. There were forty-four changes of Cabinet, twenty-three 'revolutions' and perpetual smouldering unrest. (Baylis:14)

These were the years following the setting up of the Republic in 1910 when the country was sinking deeper and deeper into chaos, and when riots and strikes were part of daily life. (*Ibidem*: 34)

A fazer fé em Joyce Baylis, este panorama terá perdurado ao longo de, pelo menos, toda essa década:

British prestige at the end of the war was still high, whereas in Portugal there was chronic political and economic chaos. The country's successive 'revolutions' and the incompetence of its governments had become an international joke. Corruption in all departments of public life was the rule, bribery the only means of getting anything done. All classes of the people were entirely demoralised and had sunk into cynical despair. I myself once heard a serious discussion between Portuguese business men on the possibility of Great Britain being invited to take over the administration of the country.

Even the revolutions which broke out once a year were dispirited affairs. Everyone knew that whichever faction seized power would be as inefficient and corrupt as the last, and as short lived. Each succeeding administration knew it too, and its members hastened to fill their pockets while the good time lasted. (*Ibidem*: 58)

Paralelamente, a autora alude aos problemas de consciência ideológica, social e humanitária que a delicada situação portuguesa terá criado ao seu pai, Harold Bucknall:

The country's conflicts caused conflicts in himself. He was conservative by nature and education, an upholder of tradition, with an ingrained respect for authority and an ingrained hatred of anything that savoured of socialism or 'mob rule'. At the same time he could not but sympathize with the sullen workmen of the factory, driven to express their miseries by strikes and sabotage and threats of assassination. He was plagued by a scrupulous sense of justice and saw himself as unfairly privileged in face of these unfortunates. Like many Englishmen abroad, he received his salary in sterling, whereas the Company's workmen were paid in *Escudos*; so that when the Portuguese currency collapsed in disastrous inflation he was unaffected while the employees suffered a catastrophe. (*Ibidem*: 60)

Evocando, por último, a filosofia e política salariais da *Henry Bucknall & Sons*:

The Company had never gone in for high salaries: on the contrary, it was their unvarying policy to pay just as little as they could. On the other hand, they were generous to their employees in illness, misfortune and all age, and by recognizing these human needs they retained the loyalty of their servants. To sack a man because in the course of nature he had passed the peak of efficiency seemed to my father inhuman. (*Ibidem*: 95)

Tendo em conta todas estas transcrições e não sendo, obviamente, nosso propósito abordar aqui as origens de ideias, publicações, organizações e actividades conotadas com os movimentos republicano, socialista<sup>5</sup> e sindical no nosso país,<sup>6</sup> poderemos *grosso modo* situá-los no terço final do século XIX, i.e., cerca de meio século antes da época evocada por Joyce Baylis. Dito isto, não só o quadro de turbulência sócio-laboral pintado pela escritora inglesa é plenamente corroborado por historiadores e sociólogos da craveira de A. H. de

---

5. Cf. referência de Baylis ao Barreiro como "(...) a hot-bed of Communism", (86) se bem que o Partido Comunista Português só tenha sido fundado em 1921. Sobre o sector corticeiro no Barreiro, veja-se Almeida, sobretudo 75-125.

6. Trata-se de matérias sobre as quais, aliás, existe bibliografia abundante e especializada, tornando impossível e desnecessárias referências individuais de obras e autores, para além dos citados.

Oliveira Marques,<sup>7</sup> Manuel Villaverde Cabral<sup>8</sup> e Harold Livermore,<sup>9</sup> entre outros,<sup>10</sup> como, mais de um século volvido sobre os problemas focados, a sua actualidade é ainda hoje visível, independentemente de posições e ângulos de análise político-ideológicos.

Paralelamente, como lembra Alexandre Flores, “com o advento das ideias socialistas, republicanas e anarquistas, surge em Almada, em 1899, o primeiro projecto jornalístico na imprensa operária corticeira da época: *O Corticeiro*, que tem como principal objectivo a defesa dos interesses dos trabalhadores ligados à indústria corticeira e à união da sua classe.” (72)<sup>11</sup>

- 
7. “Nos primeiros dez anos do século XX, ainda durante a Monarquia, as greves atingiram já números alarmantes. O Governo provisório decretou desde logo (Dezembro de 1910) o direito à greve, mas já quando os trabalhadores haviam iniciado um movimento grevista sem precedentes. Nos dois últimos meses desse ano, e em 1911, foram mais de 70 as greves registadas no País. Incluíam trabalhadores de todos os tipos, tanto operários como empregados de companhias comerciais e de transportes, ferroviários, telefonistas, pedreiros, empregados da Carris, estivadores, operários corticeiros, padeiros, sapateiros, caixeiros, etc. Numerosas foram de trabalhadores rurais. Quanto a motivos, cerca de metade dos casos de greve respeitava a salários, sendo os demais de solidariedade com outras greves, horário de trabalho, etc.” (II: 211)
  8. “Se o movimento grevista ganha em amplitude em finais de 1910, atingindo o seu ponto culminante em 1911, e se beneficiou sem dúvida das hesitações normais da nova conjuntura política, a verdade é que não fez mais do que acompanhar (...) o ciclo de lutas operárias em curso à escala internacional, desde a Inglaterra, onde também o ano de 1911 foi aquele que registou maior número de dias de trabalho perdidos por greve antes da Guerra, até à Rússia (...)” (232)  
A reacção patronal verificar-se-ia, segundo o investigador, a partir de 1911. (*Ibidem* 238-239)
  9. “The Republicans had legalized the right to strike, and early in 1912 the workers of Lisbon began to avail themselves of the weapon. There were also disturbances at Évora, where the governor used troops to occupy the premises of the labour organizations.” (322)
  10. No verbete “Greves e Movimentos Grevistas”, redigido por Alice Samara e Ana Paula Pires para o dicionário coordenado por Maria Fernanda Rollo, pode ler-se: “(...) nos primeiros meses de 1911 já quase todas as corporações operárias de Lisboa tinham organizado greves. O movimento estendeu-se rapidamente a todo o país, contabilizando-se, no final de 1911, um total de 42 greves envolvendo 25.670 grevistas (...)” (189). De acordo com o quadro imediatamente a seguir, estes números dão sequência agravada aos de 1910 (36 greves/11000 grevistas) e sobretudo 1909 (13/1650). Segundo um outro historiador, “do fim de 1910 a 1911, registaram-se 247 greves. Ao contrário das greves de 1904-1905 (...), estas não eram ‘defensivas’. Na sua maioria, os operários exigiam melhores salários e menos horas de trabalho.” (Ramos: 448)
  11. Deste periódico, estabelecido na Cova da Piedade, vieram a lume 34 números, entre 22 de Outubro de 1899 e 10 de Junho de 1900, existindo versões microfilmadas na Biblioteca Nacional de Portugal (Cotas: J. 784//1 M e F. P. 2). Sobre *O Corticeiro*, cujo director (Manuel Fevereiro) havia sido despedido pela empresa Bucknall em Novembro de 1891 (Flores 73, n.49 e 151-152), cf. *Ibidem*: 72-75.

***“We’d like to know a little bit about you for our files”***

Em Março de 2010, quando realizávamos investigação no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a antologia organizada por Manuel Filipe Canaveira e David Evans (2010), deparámos, por mero acaso, com alguns documentos relativos a episódios de 1911 e relevantes para qualquer eventual estudo da (des)concertação social entre o patronato inglês e os assalariados portugueses (representantes, respectivamente, dos mundos do “capital” e do “trabalho”) no Portugal recém-saído da Revolução de 5 de Outubro. Esses documentos encontravam-se à data arquivados na Caixa 443 (1911-13), Direcção Política 1911, Legação de Inglaterra (3º P, Aº 3, Mº 13) e são eles que, apesar da sua não muito grande legibilidade, transcrevemos em anexo e passamos a apresentar, mantendo de novo a grafia da época.

**Anexo I (Docs. nº 88-89):**

Exposição datada de 18.03.1911, enviada a *Sir Francis Hyde Villiers* (1852-1925), Ministro Plenipotenciário acreditado em Lisboa entre 1906 e 1911, e assinada por representantes dos Bucknall, mas também dos Rankin<sup>12</sup> e dos Symington,<sup>13</sup> estes últimos proprietários da Quinta do Almarás, em Cacilhas, (Flores: 48) e ainda hoje envolvidos na produção de vinhos do Douro. A origem e razão de ser deste documento é o diferendo entre a Associação dos Fabricantes

---

12. Sobre a greve na fábrica Rankin & Sons (Setembro-Outubro de 1892), cf. Flores: 107-120.

13. Sobre as greves na fábrica Symington & C<sup>a</sup> (Janeiro de 1903 e Fevereiro-Março de 1909), cf. *Ibidem*: 120-124.

de Cortiça e a Associação dos Corticeiros de Almada<sup>14</sup> no tocante a aumentos salariais, à redução do número de horas de trabalho<sup>15</sup> e à regulação dos tipos de cortiça para exportação.

Os principais motivos de interesse desta carta são, a nosso ver, a posição fortemente corporativa do patronato corticeiro inglês, afirmando que o comportamento dos trabalhadores "(...) gravely menaces the interests of the British firms and all engaged in the Cork industry"; a referência feita a concessões já feitas (ou conquistas obtidas, consoante os pontos de vista...); a imputação da conflitualidade laboral a agitadores que estariam alegadamente a manipular os assalariados, 'orquestrando', por assim dizer, a contestação e a luta;<sup>16</sup> e, finalmente, a solicitação a Villiers, enquanto representante do Estado britânico, de "(...) whatever action you think best to see that the rights and property of British firms are assured due protection in the event of any troubles arising."

- 
14. A dissertação de mestrado apresentada por Alexandre Flores reúne importantes dados e informações sobre a indústria corticeira na zona de Almada, particularmente na Parte III, intitulada "Operariado Corticeiro: Da Contestação às Lutas da Classe" (68-148; cf. também os apêndices documentais, 186ss). Segundo o autor, "o estabelecimento de grandes empresas corticeiras de origem estrangeira, a partir da década de 60 do século XIX, transformou esta região ribeirinha num dois principais centros industriais e urbanos da área de Lisboa e do país." (6) "A partir da década de 70 (...) a produção industrial de Almada cresce a um bom ritmo, tornando-se o sector mais dinâmico na economia do concelho. (...) Intensifica-se a concentração fabril e a mecanização do trabalho, em especial na indústria corticeira." (*Ibidem*: 29) O quadro nº 2, "Unidades Industriais em Almada, com caldeiras a vapor registadas nas décadas de 80 e 90 (séc. XIX)", menciona a Companhia Londres & Lisboa, sita no Caramujo (actual freguesia da Cova da Piedade) em 1888. Igualmente em 1888, a Henrique Bucknall & Filhos (Margueira, Cacilhas) e em 1888 e 1896 a William Rankin & Sons (Outeiro do Alfeite, Cova da Piedade). (*Ibidem*: 30) Algumas páginas adiante, Alexandre Flores alude de novo à *London & Lisbon Cork Wood Company, Ltd.*, c.1863-64, datando a sua legalização de 1867-68 (*Ibidem*: 42 e n.115) e de 1867, pelo menos, a dos Bucknall, (*Ibidem*: 43) já a empresa corticeira mais importante do concelho de Almada nos finais do século XIX. (*Ibidem*: 47, n.140)
15. "(...) the present hours of work in the Almada district are not excessive (The effective hours of work in the principal factories average less than 9 hours throughout the year)". Alexandre Flores recorda, todavia, que "desde 1890, Portugal figura entre as nações na organização da manifestação anual em favor das oito horas de trabalho, acompanhando desta forma o movimento internacional do 1º de Maio." (48)
16. "(...) this is only another step in a series of demands to be forced on the workmen by a few violent agitators (...)"

## Anexo II (Docs. nº 90-91):

Tradução, igualmente datada de 18.03.1911, do item anterior para português.

## Anexo III (Docs. nº 44-45):

Carta em papel timbrado, classificada como “Urgent”, datada de 07.07.1911 e enviada por Hugh Gaisford, da Legação Britânica, a Sir Francis Hyde Villiers. Em anotação autógrafo marginal, pode ler-se: “Telegramma ao Govr. Civil de Portalegre 7-7-911”. Nesta carta são referidas diversas manifestações de hostilidade contra o empresário portalegrense Mr. Robinson,<sup>17</sup> geradoras de sentimentos de insegurança por parte do próprio e da sua família. Em virtude aparentemente das suas simpatias monárquicas, Mr. Robinson é acusado de conspiração, de possuir armas e albergar padres em sua casa, num reflexo da mentalidade anticlerical característica da época e de boa parte da legislação então produzida.

- 
17. “(...) whose family has been established in this country for sixty years, is a very well known Englishman not only in Portalegre but also in Government circles here. His local position is one of very great importance, he being owner of cork and cloth factories and a large employer of labour; he is also highly respected in the community which has for years benefited by the presence of the family in its midst.” Salvaguardas as diferenças, esta apresentação que se faz do empresário um antepassado homólogo do seu vizinho campomaiorense, o Comendador Rui Nabeiro... Reportando-se aos finais do século XIX, escreve António Ventura:

Desse universo industrial portalegrense em crise, a única excepção era a fábrica de cortiça do inglês George Robinson, fundada em meados do século XIX, e que assumiu, no último quartel de oitocentos, o papel de principal entidade empregadora. José Frederico Laranjo afirmava no Parlamento (...) que o desempenho em Portalegre só não atingiu proporções dramáticas graças à Fábrica Robinson, que absorveu grande parte da mão-de-obra na preparação da cortiça. (9)

Por último, Alexandre Flores, no trabalho supracitado (38), data de 1848 a fundação da fábrica pertencente a George Wheelhouse Robinson (1857-1932), que pensamos ter sido filho do fundador, George William Robinson (1813-1895). Vários artigos publicados por Moruno, Faísca e Rangel referem-se igualmente a “(...) George Robinson, industrial inglês que décadas atrás había iniciado la fabricación corchera en Portalegre (Portugal), muy cerca de San Vicente de Alcántara. El moderno establecimiento de los Robinson en Portugal llegaría a contar con cerca de 2000 empleados a finales del siglo XIX.” (Moruno *et alii*, *Conflitos Sociais* n.p.) e “O exemplo mais conhecido e, de certa forma, o *ex-libris* da indústria corticeira norte-alentejana, é a fábrica fundada na cidade de Portalegre por *George Robinson*, que já laborava em 1848, mas cujo estabelecimento é anterior a esta data, sendo da responsabilidade de *Thomas Reynolds*, a quem *George Robinson* a adquiriu”. (Faísca e Moruno, *Tão Perto* n.p.)

Na “Relação Cronológica dos Conflitos Sociais em Portalegre entre 1893 e 1920”, António Ventura menciona a greve e o *lock-out* protagonizados pelos operários corticeiros da Fábrica Robinson entre 25 e 27 de Julho de 1911. (32) Paralelamente, cumpre acrescentar que a esmagadora maioria dos documentos constantes da antologia coligida pelo Professor (Docs. nº 4-15 e 17-29 in *ibidem*: 35-56) dizem justamente respeito a ocorrências vividas na Fábrica Robinson nesse mesmo ano.

#### Anexo IV (Doc. nº 46):

Ofício de Bernardino Machado (1851-1944),<sup>18</sup> datado igualmente de 07.07.1911 e enviado no dia seguinte a Hugh Gaisford, encarregado dos negócios britânicos em Portugal (*Chargé d’Affaires*). Em anotação autógrafa marginal, pode ler-se: “Ao Encarregado de negócios d’Inglaterra H. Gaisford. Expedido em 8/7/1911”. Neste documento, redigido em francês e com assinatura autógrafa, Bernardino Machado informa ter já contactado e informado o Governador Civil de Portalegre sobre as ocorrências mencionadas em II.

#### Anexo V (Docs. nº 175-176):

Nova carta de Hugh Gaisford a *Sir* Francis Villiers, datada de 30.11 [sic; 08].1911 e na qual se relata uma greve no sector da cortiça e um incêndio provocado numa propriedade identificada simplesmente

---

18. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório (05.10.1910-03.09.1911) e futuro Presidente da República por duas vezes (1915-17 e 1925-26); suceder-lhe-ia no cargo, entre 04.09.1911 e 12.11.1911, João Pinheiro Chagas (1863-1925).

como “Vilarinho”,<sup>19</sup> por “(...) professional agitators”. Estes acontecimentos, geradores de apreensão por parte dos industriais estrangeiros, ocorrem numa altura em que o regime republicano português não havia sido ainda oficialmente reconhecido pelas autoridades britânicas<sup>20</sup> e, por isso mesmo, bastante sensível...Reportando-se a esse ‘Verão quente’ de 1911, Alexandre Flores recorda que “as fábricas dos industriais ingleses estão sob vigilância policial (...)” e “por outro lado, os industriais do concelho teimaram em manter as suas fábricas fechadas a pretexto de que não havia condições de segurança para a laboração.” (*Ibidem*: 135)

É muito curiosa a observação marginal autógrafa (mas de assinatura infelizmente ilegível...), datada de 05.09.1911, segundo a qual “ninguém pode exigir que a autoridade se responsabilize pelas consequências de atentados nem sempre evitáveis. Parece-me contudo que convirá transmitir esta correspond<sup>a</sup> ao Ministerio do Interior, p<sup>a</sup> que a vigilância seja tal que não dê rasão de queixa aos industriaies estrangeiros”.

### “Portugal loves you more than you would know”

Para além do sector corticeiro e de todas as questões a ele adstri-tas, os documentos apresentados justificariam, a nosso ver, a realização de estudos e investigações mais vastos sobre todo o universo empresarial e laboral anglo-português entre, por exemplo, o Regicídio (1908) e a eclosão da 1<sup>a</sup> Grande Guerra (1914), senão mesmo do Ultimato de 1890 ao pronunciamento militar de 1926. Na verdade,

---

19. Trata-se decerto da Vilarinho & Sobrinho, com fábricas em Silves (Flores: 42 e 45) e no Caramujo. (*Ibidem*: 124) Sobre esta importante greve, que decorreu entre Novembro de 1909 a Novembro de 1911, escreve Alexandre Flores:

A ‘comissão dos trabalhadores’ desempregados contacta vários industriais do concelho para que admittissem os companheiros sem trabalho. Depois de repetidos pedidos, parece que alguns patrões se dispunham a receber os operários despedidos. Por exemplo, o industrial inglês Bucknall estava na disposição de aceitar cerca de setenta operários. (...) Mas (...) o que se sabe é que foi dado o dito por não dito, o que desesperou os interessados na questão. (*Ibidem*: 131-132)

20. Na verdade, sê-lo-ia apenas em 11.09.1911 (Alarcão, *Nova República* 76 e 79, n.4), escassos dias após as ocorrências relatadas neste documento.

a drástica mudança de regime operada em 1910 – também o ano da morte de Edward VII e, de algum modo, da “era vitoriana” – poderá ter tido efeitos e implicações ainda pouco conhecidos nos investimentos e na presença britânicos num Portugal “refundado”,<sup>21</sup> com todos os sinais, afluências e manifestações patrióticos – político-ideológicos, retóricos, artísticos... – que frequentemente acompanham tais refundações, mas, ao mesmo tempo, apostado em manter a velha aliança e não hostilizar a “pérfida Albion” de tão recente memória.

Durante a nossa estada na Universidade de Birmingham (1986-87 a 1988-89), tivemos oportunidade de conhecer um sobrinho do empresário Américo Amorim, licenciando em *Business Administration*. Dos contactos então mantidos, recordamos ainda, passados trinta anos, o nome de duas das empresas que integravam o grupo da Corticeira Amorim: a Champcork e a Ipcork. O recurso à palavra inglesa *cork*, nomeando uma das nossas principais exportações à escala mundial, bem como a existência e vitalidade da Fundação Robinson,<sup>22</sup> compõem, a nosso ver, uma homenagem simbólica a todos aqueles empresários (semi)estrangeiros que, sem a ‘âncora’, a ‘bússola’ ou o ‘farol’ de quaisquer Vistos Gold, conseguiram, ao ‘leme’ da ‘nau’ corticeira, ‘navegar’ e ‘remar contra os ventos e marés’, nem sempre ‘bonançosos’, da nossa agitada 1ª República.

---

21. Adaptação do título dado por Rui Ramos ao volume redigido para a obra dirigida por José Mattoso.

22. Sobre esta fundação pública de direito privado, com origem na fábrica sediada em Portalegre desde meados do século XIX, cf. o respectivo *website* (<http://www.fundacaorobinson.pt>), do qual consta a lista de publicações. Para a nossa esfera de investigação interessam-nos sobretudo os nos. 4 (*Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*, 2009) e 23 (*Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*, 2012). Ambos os volumes foram-nos gentilmente oferecidos pela Fundação Robinson, pelo que agradecemos às Dr<sup>as</sup> Célia Gonçalves Tavares (Área de História, Educação e Mediação Cultural) e Alexandra Carrilho Barata (Administradora Delegada) toda a ajuda dispensada. É também devida uma palavra de vivo agradecimento ao Prof. Doutor António Camões Gouveia (FCSH-UNL), antigo programador cultural da Fundação Robinson e que actuou, a nosso pedido, como o *primum mobile* de todos estes contactos.

Copy

Lisbon

March 18 1911

Sir,

We beg to call the attention of Your Excellency to the situation that has been created by the action of the "Associação dos Cortiçeiros" of Almada, which gravely menaces the interests of the British firms and all engaged in the Cork industry.

Since the revolution various demands have been made by the workmen with the result that:-

Firstly important concessions in wages have been granted by the Masters and

Secondly a decree demanded by the men prohibiting the export of certain classes of cork was reluctantly agreed to owing to the great pressure brought to bear on the manufacturers by the Government although it caused them serious financial losses.

Now further demands for a reduction in hours have been made which it is felt should be resisted:-

Firstly because the present hours of work in the Almada district are not excessive (the effective hours of work in the principal factories average less than 9 hours throughout the year)

Secondly because it is felt that this is only another step in a series of demands to be forced on the workmen by a few violent agitators and which it is openly admitted will take the form of 1. Abolition of piece work, 2. still further reductions in hours of work, 3. further increases of pay and 4. a far more drastic decree regulating the export

87

export of cork which would affect the vital interests of the manufacturers.

Owing to these considerations it was decided at a meeting of the "Associação dos Fabricantes" held last week to refuse the present demands, as the time had arrived when further concessions must be resisted. This decision was communicated to the men and brought forth a letter from their Association couched in threatening terms (a copy is appended) insisting on the granting of their demands up to the 22nd instant.

This letter will be considered at a further meeting of the Masters' Association next Monday when the definite attitude to be adopted by them will be decided upon.

In the meantime we think it advisable to lay the matter as far as it has gone before Your Excellency with a view to Your Excellency taking whatever action you think best to see that the rights and property of British firms are assured due protection in the event of any troubles arising.

We will keep Your Excellency advised of any further developments.

We have the honour to be Your Excellency's Obedient Servants

(signed) Henry Bucknall & Sons  
Rankin and Sons  
Symington and Co

His Excellency

The Honble Sir P.H. Villiers

H.B.M. Minister at Lisbon

801/10

Cópia - traducção  
Lisboa, 18 de março de 1911 - Lisboa.

Por favor pedir licença para chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a situação criada pelo procedimento da "Associação dos Corticeiros" de Almada, que ameaça gravemente os interesses das finanças públicas e capitais comprometidos na indústria da cortiça.

Desde a revolução, várias pretensões têm sido expostas pelos operários, com os seguintes resultados:

Primeiro foram-lhe concedidas importantes reduções referentes aos seus salários.

Segundo, tendo sido pedida uma lei, proibindo a exportação de certas espécies de cortiça, foi concedida ainda que com relutância, devido ao grande encargo que trouxe a sua implementação pelo Governo aos <sup>fabricantes</sup> ~~exportadores~~, causando-lhes sérios prejuízos financeiros.

Agora ainda novos pedidos foram feitos de reduções de horas de trabalho a que é <sup>impossível</sup> ~~preciso~~ pensar e não ceder:

Principalmente porque as actuaes horas de trabalho na zona de Almada são já excessivas (as horas effectivas de trabalho nas principais in-

destinadas a um fim de anno de 7 horas (em media diaria);

Segundo porque isto nos e mais que outro facto para na serie de pretensões, a que são levados os operarios por uns violentos agitadores, e que concedidas abstractamente se tornariam em exigencia de 1.º abolição de empieitados, 2.º novas reduções de horas de trabalho, 3.º augmento de salarios, 4.º a immediata promulgacao d'um decreto regulando a exportação da estirpe e que affectaria os interesses vitais <sup>da fabrica</sup> ~~da fabrica~~.

Em vista destas considerações foi decidido a uma reunião da Associação dos Fabricantes, que teve lugar na semana passada, nos acceder a estas pretensões pois que ja e de remeter a novas concessões. Esta decisao foi communicada aos operarios e provocou uma carta da sua Associação em termos ameaçadores, insistindo pela realisacao das suas pretensões até ao dia 21 do corrente.

Esta carta deve ser apreciada em nova reunião da Associação dos Fabricantes, na proxima semana feita, definindo-se a attitude a tomar f.º com os operarios. Entretanto, nós pensamos que era conveniente, ter o Colleague a V. G.º a fim de ver qual o

Cominto a seguir face melhor manter os direitos  
e propriedades das firmas inglesas e assegura-  
~~ra~~ a garantir a sua segurança na eventualidade  
de algumas flutuações.

Estas breves V. G.<sup>a</sup> dos factos que se foram  
dando.

Temos a honra de ser de V. G.<sup>a</sup> de V. G.<sup>a</sup>

(assignados) Henry Bucknall & Sons

Bankin and Sons

Lyminster and Co.

59

*Telegrama ao Governador de Portalegre 1-7-11*

U R G E N T.

British Legation, Lisbon.

July 7, 1911

My dear Minister:-

Last night I received the visit of Mr Robinson of Portalegre who came to inform me of the unsatisfactory situation at that town. Mr Robinson, whose family has been established in this country for sixty years, is a very well known Englishman not only at Portalegre but also in Government circles here. His local position is one of very great importance, he being owner of cork and cloth factories and a large employer of labour; he is also highly respected in the community which has for years benefited by the presence of the family in its midst.

Mr Robinson has lately found himself the object of an undisguised hostility on the part of the population including his own men who have always been loyal to him. He is accused of conspiring, of concealing arms, of harbouring priests, and, on account of having been born in Portugal, of not being really a British subject; he has not actually been

been molested but he fears trouble and as the ladies of his family are with him he is in some anxiety. He has been threatened with having his premises searched for arms and it was on this question that he particularly asked my advice. Mr Robinson far from being reluctant to have his house searched would welcome it in order that the false rumours which have been spread may be refuted once and for all. I have told him that I could not advise him to let unauthorized persons enter his premises but that I could not see any objection to the Civil authorities doing so.

Mr Robinson does not attempt to conceal the fact that he is a monarchist - the vast majority of Englishmen are - but that is a very different thing from conspiring against a foreign Republic still less is it a reason for rendering his life and that of his family uncomfortable if not worse.

In the circumstances I beg Your Excellency to communicate with the competent Department of State in order that the subject of this complaint may be removed. I venture to recommend that the local authorities be directed

to

to make an enquiry on the spot and that they show clearly and publicly that Mr Robinson is neither a clerical nor a conspirator and that they be informed that should any untoward event occur, they will be held responsible.

I should like to be able to inform Mr Robinson, who is returning to Portalegre tonight, that his case has been considered and that my representations on his behalf have been effective.

Believe me, my dear Minister,

Very faithfully yours

Hugh Cairns

125

951  
1-9-20

LISBON.

20th November 1911.

agent

My dear Minister,

*Ninguém pode  
exigir que a  
autoridade  
se responsabilize  
se pelas con-  
sequências de  
atentados que  
sempre existiram.*

*Desde que  
Comissão ham-  
burguesa esta  
Comissão do  
Ministerio do  
Industria, p.º q.º  
a influencia up-  
fal que não de  
1911 de guerra  
dos industriaes  
estrangeiros  
5-9-11.  
P.º q.º*

On Friday last I had the honour to speak to you in regard to the situation arising out of the cork strike and more especially the fire at Villarinho's. I informed you that the owners of the British factories were uneasy and that I had advised them not to recommence operations until they were satisfied that the persons implicated were prosecuted and adequately punished and that the professional agitators who are at the bottom of the trouble were removed from the district.

Yesterday the Associação dos Fabricantes de Cortiça sent a communication to the Civil Governor copy of which is enclosed and subsequently received an answer, copy of which is also enclosed. I think you will agree that the latter is highly unsatisfactory, it shows that the situation is not properly understood and it tries to make out that the demands of the Associação are illegal.

This

This is not, to my mind, the moment for the authorities to show such weakness and I cannot refrain from expressing the apprehension that unless strong measures are promptly adopted the consequences will be very unpleasant.

On page 7 of today's Seculo you will find an account of the doings of the complotio d'Almada; if such language is tolerated by the Government it is useless to think of an amicable solution of the conflict.

My object in writing to Your Excellency is to express my own anxiety in regard to the situation as it affects my compatriots, and to request you to take the matter into your promptest consideration.

I take this opportunity to inform you that the British owners will in no case take into their service the men dismissed from Villarinho's.

Believe me, my dear Minister,  
Yours very truly  
Hugh Gaisford

Cd. le correspondant de  
rapport d'exploration  
H. J. J. J.

Lisbonne le 7-7-11

46

reproduit  
sur 8/4/1911

Monsieur le chef de service d'affaires

J'ai reçu votre lettre d'au-  
jourd'hui au sujet de Mr  
Robinson. Je me suis ex-  
pressé d'appeler l'atten-  
tion du Gouverneur Civil  
de Portalese sur la  
situation que vous  
m'expliquez, et j'espère  
~~que les mesures~~  
~~qui s'ajoutent~~ <sup>immédiates</sup>  
que les mesures <sup>immédiates</sup> qui  
~~se~~ prendra mettront  
fin à toute <sup>immédiate</sup>  
affaire. <sup>tr.</sup>  
A/B. B. B.

## Obras Citadas

- AAVV. *Famílias Inglesas e a Economia de Portugal/British Families and the Portuguese Economy*. Portalegre: Fundação Robinson, "Publicações da Fundação Robinson", nº 4, 2009.
- Alarcão, Miguel. "A Nova República". Introdução, tradução e notas do artigo anónimo "The New Republic", publicado em *The Times* em 15.11.1910. *Regicídio e República. Opiniões Britânicas e Norte-Americanas*. Org. Manuel Filipe Canaveira e David Evans. Casal de Cambra: Caleidoscópico\_Edição e Artes Gráficas, SA, 2010. 75-84.
- . "Sou Inglesa! Sou Inglesa!": Memórias de uma Menina Anglo-Portuguesa (1907-1930) ". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Dir. Gabriela Gândara Terenas. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, nº 26 (2017). 141-155.
- Almeida, Ana Nunes de. *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993 (Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada ao ISCTE, 1990).
- Baylis (nascida Bucknall), D. J. *Growing up English. Memories of Portugal 1907-1930*. [Lisboa]: The British Historical Society of Portugal, [1997].
- Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1940*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, col. "Métodos", nº 25, 1988.
- Canaveira, Manuel Filipe e David Evans (org.) *Regicídio e República. Opiniões Britânicas e Norte-Americanas*. Casal de Cambra: Caleidoscópico\_Edição e Artes Gráficas, SA, 2010.
- Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- . *O Corticeiro: Semanário Operário: Órgão da Indústria Corticeira e do Proletariado em Geral*. Dir. e red. Manuel Fevereiro; Adm. José Custódio Gomes. Almada: José Thomaz Lopes, nos. 1-34 (22.10.1999 – 10.06.1900).
- Faísca, Carlos Manuel e Francisco Parejo Moruno. "Tão Perto, mas tão Longe? A Exploração Florestal e Comercial de Cortiça no Alto Alentejo e na Extremadura (1830-1890)". Comunicação apresentada no II Congresso Anual de História Contemporânea, Universidade de Évora, 16-18 de Maio de 2013.
- Ferreira, David. *História Política da Primeira República Portuguesa*, vol. 1, partes 1 e 2 (1910-1915). Lisboa: Livros Horizonte, Lda., col. "Horizonte", nº 22 e 23, 1973.
- Flores, Alexandre M. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*. Dissertação de Mestrado, inédita, em História Regional e Local sob a orientação do Professor Doutor António Ventura. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.
- Livermore, Harold V. *A New History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

- Marques, A. H. de Oliveira. *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., col. "Imprensa Universitária", nº 21, 1981.
- . *História de Portugal desde os Tempos mais Antigos até ao Governo do Senhor Pinheiro de Azevedo. Manual para Uso de Estudantes e Outros Curiosos por Assuntos do Passado Pátrio*. 2ª ed. Lisboa: Palas Editores, vol. II, 1976 (1974).
- Moruno, Francisco Manuel Parejo, Carlos Manuel Faísca e José Francisco Rangel Preciado. "Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho extremeño entrecatalanes e [sic; y] ingleses". *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXIX, N.º1 (2012). 461-490.
- Noronha, D. Manoel de. *Memoria para a Fundação da Camara de Commercio e Industria Corticeira*. Lisboa: Typographia Universal, 1904.
- Ramos, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, "História de Portugal". (Dir. José Matoso), vol. VI, 1994.
- Samara, Alice e Ana Paula Pires. "Greves e Movimentos Grevistas". *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Coord. Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2014, vol. II ("F-M"). 189-198.
- Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal. Da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- Ventura, António. *Conflitos Sociais em Portugal no Tempo dos Robinson/Social Conflicts in Portugal during the Robinson Period*. Portalegre: Fundação Robinson, "Publicações da Fundação Robinson", nº 23, 2012.
- Vincent-Smith, John. *As Relações Políticas Luso-Britânicas – 1910-1916*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., col. "Horizonte", nº 30, 1975.